

ACADEMIA MILITAR

GENERAL

ADOLFO ALMEIDA BARBOSA

(1857-1928)

PATRONO DO CURSO DE ENTRADA

NA ACADEMIA MILITAR

NO ANO LETIVO

2020/2021

Trabalho realizado por:

Tenente-Coronel de Infantaria, Rui Manuel Proença Bonita Velez

Academia Militar, outubro de 2020

**GENERAL
ADOLFO ALMEIDA BARBOSA¹
(1857-1928)**



¹ Foto do general Adolfo Almeida Barbosa: AHM 21810 - P 29 -A III – L 29.

PRÓLOGO

Primeiro que tudo importa lembrar que este é um momento de orientação, reflexão e de consciencialização para os jovens cadetes. No contexto do ensino superior, a Academia Militar é uma instituição histórica que se alicerça num desígnio que reflete o “orgulho de uma Nação secularmente sábia, na defesa e independência e na formação intelectual das gerações portuguesas”. Por esse motivo, em 1953, o Exmo. general Alexandre Correia Leal, um brilhante comandante da Escola do Exército, para “servir de guia e de rumo” aos jovens cadetes que todos os anos abraçavam a carreira das armas, propôs que se adotasse para cada curso de entrada um Patrono, alguém que materializasse uma “figura simbólica e expressiva da nossa História”. Ou seja, a missiva consistia em lembrar “os primeiros entre os primeiros” e que, pelos seus feitos, “serviram de modelo espiritual” aos diversos cursos de entrada².

Quanto a nós, que pela segunda vez recebemos esta prestigiosa missiva, resta-nos sublinhar a importância e a atualidade de uma reflexão que transmite, mais do que nunca, uma verdadeira luz orientadora aos docentes e discentes desta nossa Academia e ainda, dar continuidade a um esforço de investigação que, em prol da formação dos futuros oficiais, perdura há 67 anos para os do Exército e há 29, para os da Guarda Nacional Republicana.

Este trabalho, mais uma vez, foi realizado com uma enorme honra e, fruto do nosso entusiasmo pelo estudo e ensino da História Contemporânea de Portugal, com um enorme orgulho académico. Esperamos que constitua, para os jovens cadetes, uma fonte orientadora e reveladora dos trilhos a agarrar e ainda, para a comunidade académica, um despertar, para que se continue a investigar uma figura singular da nossa História Militar.

² Borges, Vieira (1993), “D. Miguel Pereira Forjaz”, em *“50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar, 1953-2003”*, (2004), Lisboa, Academia Militar, p. 678.

NOTA INTRODUTÓRIA

Terminaram, há bem pouco tempo, um conjunto de iniciativas culturais que recordaram os 100 anos da participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial. Por isso é com grande oportunidade que, para o ano letivo 2020/2021, a Academia Militar, ainda no contexto da participação portuguesa na Grande Guerra, continua a recordar a geração de militares que nela tomou parte. Desta vez, escolheu para Patrono dos seus cursos de entrada, o general Adolfo Almeida Barbosa, o comandante da célebre “Brigada do Minho”.

O general Almeida Barbosa foi um dos mais ilustres militares que Portugal teve e, acima de tudo, foi um símbolo da defesa dos valores da República que se fundou em outubro de 1910, estando sempre do lado daqueles que combateram as insurreições monárquicas. A sua vida assume-se como um modelo daquilo que é concorrer, enquanto militar e cidadão, para o prestígio do Exército e das Forças Armadas, no seio da sociedade portuguesa. É esse o seu maior legado, sempre cimentado nos emergentes valores patrióticos e numa dedicação extrema ao seu País.

Tendo sido um devoto cidadão, Almeida Barbosa, na instituição militar em particular, atingiu o posto de general, confirmando, na vertente castrense, os invulgares atributos que representaram o corolário de uma formação militar que fora concluída com total brilhantismo.

Aos cadetes-alunos que ingressam na Academia Militar no ano letivo 2020/2021, a vida e os feitos do general Almeida Barbosa constituirão sempre uma referência no seu trajeto académico e militar. É da sua responsabilidade, honrar a figura do seu Patrono, laborando arduamente e convictamente para conseguirem atingir os seus objetivos, previamente instituídos. Numa época em que se regista uma assinalável crise de valores no seio das sociedades torna-se indispensável que os novos cadetes-alunos, nesta nova fase da sua formação, despertem o quanto antes, para o sucesso através do seu próprio esforço, da sua própria determinação e do seu elevado sentido de responsabilidade, sacrifício e abnegação. Não só por eles, mas também como forma de respeitar os nossos antepassados. Aliás, essa é única maneira possível de estar na Instituição que agora os abraça.

A SUA ÉPOCA

Adolfo Almeida Barbosa nasceu em Braga 1857, em pleno processo de “Regeneração” da Monarquia Constitucional, um período que marcou uma nova etapa política e social em curso no país, traduzida por uma tentativa de conciliação dos interesses provenientes dos diversos setores da sociedade da época, desde a alta burguesia até às classes rurais. Para materializar este modelo, promoveu-se a revisão da Carta Constitucional, assegurou-se o rotativismo partidário e fomentou-se uma série de reformas económicas. E foi nesta lógica que Portugal “conheceu os benefícios da política de fomento a que Fontes Pereira de Melo ligou o nome”. Absorvido com o atraso económico e tecnológico que assolava o país, o então ministro das Obras Públicas, pôs em marcha uma política de investimento público que visava, essencialmente, os sectores dos meios de comunicação e dos transportes. Tal como Joaquim Veríssimo Serrão nos ilustra, “pode dizer-se que em toda a parte se derramaram as vantagens da assistência e da instrução pública”. O modelo da sociedade burguesa “fortaleceu-se” e criaram-se “as estruturas próprias do capitalismo mercantil na sua transição para o capitalismo industrial”. Em conformidade com esta linha reformadora, para aligeirar as ligações do poder central com as autarquias regionais e locais, Fontes Pereira de Melo também organizou a administração pública. Mas, tudo isto, teve o seu preço. Esta política no seu todo obrigou “ao recurso a capitais privados, internos e externos, por não ser possível ao Tesouro suportar tamanha carga financeira”. Na hora de fazer o balanço, apesar do assinalável desenvolvimento que o País registou, o preço a pagar foi bastante elevado e no essencial, traduziu-se no “aumento do nosso endividamento externo”³.

Em termos culturais também foi tempo de grandes reformas. Nomeadamente, através da afirmação de uma forte “atividade criadora de muitos vultos” que iriam marcar, decisivamente, a cultura portuguesa durante este período, como foi o caso de Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Eça de Queirós e tantos outros. Quanto à política externa, “as relações diplomáticas ganharam uma nova dimensão, com indiscutível prestígio externo para o país”. Contudo, vivia-se no velho continente um período de imensas disputas com as grandes potências em busca da, sempre desejada, “hegemonia mundial” e com inevitáveis repercussões no “precário equilíbrio da vida portuguesa”. No campo da diplomacia, também se registou, durante a segunda metade do século XIX, “um campo ilimitado de problemas”. Em África emergiu um “novo conceito do Portugal ultramarino”, mas também cresceu a cobiça dos principais Estados europeus pelos territórios africanos. Esta particular conjuntura veio garantir legitimidade ao povoamento das designadas terras ultramarinas, através da

³ Serrão, Joaquim Veríssimo (1989), *História de Portugal, Volume IX, O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, s.l., Editorial Verbo, pp. 7-16.

consagração do princípio da “ocupação efectiva”, tendo em vista a reivindicação dos “direitos históricos de Portugal”⁴.

Em 1890, com 33 anos de idade, Almeida Barbosa, juntamente com os da sua geração, assistiu, “na primeira fila”, ao “malogro da quimera africana”. O ultimato britânico constituiu-se num dos factos históricos mais importantes do último quartel do século XIX. Na verdade, a política de Portugal para África granjeou, naquela época, uma “grande base de adesão nacional” e por isso mesmo, a atitude dos ingleses teve uma “repercussão dolorosa e profunda” na sociedade portuguesa daquela época⁵.

Ilustres portugueses do meio literário, como Guerra Junqueiro, que tiveram um papel central na edificação do movimento revolucionário que conduziu à implantação da República, fizeram questão de registar para a eternidade, no brilhantismo das suas palavras, o sentimento reinante:

*“Ô bêbada Inglaterra, ô cínica impudente,
Que tens levado tu ao Negro e à escravidão?
Chitas e hipocrisia, Evangelho e aguardente,
repartindo por todo o escuro continente
A Mortalha do Cristo em tangas de algodão”*⁶

Mas mais do que isso, para além deste estado de espírito, este ultimato foi responsável por uma “nova etapa na popularização do ideal da República”, ao qual Almeida Barbosa não se iria alhear. A inoperância do Governo, e designadamente do Rei, foi interpretado pelo povo como um “acto de traição nacional nascida da corrupção: era o rei e a sua camarilha que estavam feitos com os ingleses”. Foi desta forma, que o Partido Republicano começou a ganhar o balanço necessário para desenvolver um movimento de conspiração contra o regime que iria culminar, numa primeira instância, com o assassinato do rei D. Carlos em 1908 e, posteriormente, com a proclamação da República a 5 outubro de 1910⁷.

Em 1910, já com 53 anos de idade, Almeida Barbosa viveu intensamente o acontecimento e vai defender, ao longo dos anos que lhe restam, com todas as armas que dispunha, a República. Foi um “grande defensor da República, esteve sempre do lado dos republicanos e combateu as insurreições monárquicas comandadas por Paiva

⁴ Serrão, Joaquim Veríssimo (1989), *História de Portugal, Volume IX, O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, s.l., Editorial Verbo, pp. 7-8.

⁵ Saraiva, José Hermano Saraiva (2007), *História Concisa de Portugal*, 24ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa América, p. 343.

⁶ Apud, Saraiva, José Hermano Saraiva (2007), *História Concisa de Portugal*, 24ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa América, p. 343.

⁷ Saraiva, José Hermano Saraiva (2007), *História Concisa de Portugal*, 24ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa América, p. 348.

Couceiro que pretendia restaurar a monarquia em Portugal”⁸. Não nos podemos esquecer da importância desta causa. Porque, na verdade, havia, no seio da sociedade portuguesa daquela época, quem conspirasse contra a República. Nomeadamente, aqueles que acreditavam que o 5 de outubro de 1910, mais do que uma revolução popular, tinha sido “um golpe político-militar com o apoio e a adesão dos sectores progressistas da classe média de Lisboa e Porto e de parte do *Lumpem* urbano”. Era convicção desse movimento que “a legitimidade ancestral dos Bragança não fora substituída pela legitimidade popular, mas pela legitimidade revolucionária da força, que a vitória transformara em mandato constituinte”. Entre eles, estava Paiva Couceiro, o capitão artilheiro, herói de África, que tinha sido derrotado pelos soldados e militantes republicanos da Rotunda liderados por Machado Santos⁹. Ou seja, num ambiente festivo e entusiasta a reinar na capital, com a organização de inúmeros eventos culturais e cívicos destinados a solenizar o acontecimento, o que verdadeiramente ocupava o ministério eram as “notícias vindas de Trás-os-Montes, que davam como iminente uma incursão monárquica”. Esta circunstância deixava o povo de Lisboa cada vez mais intranquilo relativamente à “estabilidade do regime”¹⁰. O regime estava a ser posto em causa pelos monárquicos saudosistas e, também por isso, os homens que abraçaram a causa da defesa da República não possam ser esquecidos. Neste contexto, podemos afirmar que Almeida Barbosa sempre norteou a sua conduta humana pela fidelidade às ideias que defendia e honrava, mantendo-se politicamente fiel ao espírito republicano que, em alinhamento com as suas convicções, permanentemente advogava e jurava servir.

Porém, as expectativas quanto à consolidação destes ideais goraram-se bem cedo. Uma série de “múltiplas convulsões violentas” irão escoltar a proclamação da República e com isso, aprofundar uma “guerra civil intermitente”, que se irá estender até 1927¹¹.

O ambiente turbulento foi perdurando e em 1914, mais um momento marcante, a Grande Guerra. Desta vez, a causa da instabilidade provinha do ambiente externo onde a “ganância territorial e conquistas com sucesso desempenharam o seu

⁸ Biografias, “Projeto Portugal 1914”, Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL; disponível em: <https://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/biografias/item/2685-barbosa-adolfo-almeida>, consultado em 09 de outubro de 2020.

⁹ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 139.

¹⁰ Serrão, Joaquim Veríssimo (1989), *História de Portugal, Volume XI, A Primeira República (1910-1926)*, s.l., Editorial Verbo, p. 106.

¹¹ Telo, António, Pedro Marquês de Sousa (2016), *O CEP, Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Porto, Fronteira do Caos, pp. 18-21.

papel no continuado conceito de uma guerra desejável”¹². Este conflito hegemónico, que ficou conhecido como um dos mais mortíferos da história da humanidade, arrastou milhares de portugueses para a Flandres. Almeida Barbosa foi um deles.

Como se constatou, a guerra europeia surge a meio do período a que anteriormente nos referimos (1908-1927) e vai, segundo os historiadores António Telo e Pedro Sousa, aprofundar e aumentar a “guerra civil intermitente” que estava a decorrer e que, a partir daqui, irá mudar o seu “caracter”. A “clivagem principal” passa a ser, numa primeira instância, a “vantagem da beligerância”, deixando para segundo plano a disputa entre monárquicos e republicanos, e posteriormente, a seguir a 1917, a “forma de organizar o Estado”¹³.

O Debate agudizou-se. Depois do movimento de 14 de maio de 1915, determinante para a queda do Governo de Pimenta de Castro, a balança do poder inclinou-se para o lado dos intervencionistas. Ou seja, para o lado dos que faziam “expressir a unidade nacional à volta da participação na guerra” ainda que, no imediato, não se registasse qualquer unidade nacional¹⁴. Esta era a ideia que reinava e que se descobria na retórica inesgotável de António José de Almeida: “concentrar todas as nossas energias na defesa da pátria, praticando para isso os maiores sacrifícios, solidários sempre com a nossa fiel e poderosa aliada, a Inglaterra, com a qual contamos, como ela conta connosco”¹⁵.

Desta forma, em março de 1916, estavam lançadas as bases do Governo da União Sagrada, composto por membros dos partidos Evolucionista e Democrático. Com esta liderança, o país lançava-se num conflito difícil em torno de um enorme esforço de guerra para o qual o Exército não tinha “preparação alguma”:

“O Exército sabe muito bem que a sua principal missão é bater-se, quando e onde a nação entender necessário, e, portanto, o exército não pode recusar-se a marchar para onde manda quem tem direito a fazê-lo. O que, porém, o Exército sabe muito bem, é que não dispõe de meios para se bater com honra, porque o Exército não possui preparação alguma, não possui armamento, nem uniformes, nem calçado. E o Exército é o culpado deste estado de coisas? Não. Os culpados são os

¹² Gilbert, Martin (2013), *A Primeira Guerra Mundial*, 2ª Edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 41.

¹³ Telo, António, Pedro Marquês de Sousa (2016), *O CEP, Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Porto, Fronteira do Caos, p. 19.

¹⁴ Telo, António (2014), “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, em *Idn nação e defesa, n.º 139, Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 22.

¹⁵ Discurso proferido em 16 de março de 1916, pelo líder do Governo, António José de Almeida, perante o Congresso da República. Almeida, António José (1934), *Quarenta Anos de Vida Literária e Política, vol. III*, Lisboa, pp. 231-235.

governantes monárquicos que deixaram decair o Exército, e são os governantes republicanos que o não souberam, ou não quiseram levantar”¹⁶

À precária situação do Exército que, segundo o historiador António Telo, assistia à destruição da sua “eficácia militar” como resultado de uma “política consciente e sistematicamente organizada”, que o regime vinha concebendo desde 1914, juntava-se a já referida instabilidade política do país, fruto do embate que emergiu entre os “guerristas” e os “antiguerristas”¹⁷.

Este ambiente difícil, teve os seus ecos na Instituição Militar em termos de cisões internas, relacionadas com a relutância de oficiais e soldados em intervir no conflito que assolava a Europa, conforme era intenção do Governo. A “hostilidade” à intervenção na Europa era grande, para não dizer quase geral, e em 13 de dezembro de 1916 este sentimento assumiu os contornos de uma revolta militar quando “ecloদি um movimento militar de composição heterogénea”, liderado por Machado dos Santos, o homem da rotunda, que “sublevou”, ainda que sem efeitos práticos, o Regimento de Infantaria n.º 15 de Tomar¹⁸.

Ou seja, face à vontade política do regime quanto à participação de Portugal na Guerra, a missão não se afigurava nada fácil e constituiu uma verdadeira “luta contra o tempo, para mobilizar, preparar e equipar” um Exército destituído de razoáveis níveis de operacionalidade e com baixos índices de coesão institucional. No que diz respeito à mobilização, foram convocadas “todas as classes activas; até à mais antiga possível dos homens incorporados em 1908”¹⁹. Relativamente à organização, a inicial Divisão de Instrução, colocada em Tancos, sob o comando do general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, evolui inicialmente para “duas forças expedicionárias destinadas a combater em França”: O Corpo Expedicionário Português (CEP) e o Corpo de Artilharia Pesada. Posteriormente, por proposta do general Tamagnini de 12 de fevereiro de 1917, “o CEP cresce para um corpo de Exército a duas divisões”²⁰.

Sem querermos esquecer, do ponto de vista político, a importância da revolução de 15 de maio de 1915, a que pôs termo ao Governo do general Pimenta de Castro, foi precisamente em finais do ano de 1917, que outro acontecimento irá marcar, profundamente, o país: o golpe de Sidónio País. O regime republicano já

¹⁶ Apud, Sousa, Pedro Marquês (2016), “1916: mobilização para a França”, em *Jornal do Exército*, n.º 656, Lisboa, p. 15.

¹⁷ Telo, António (2014), “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, em *Idn nação e defesa*, n.º 139, *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 12-13.

¹⁸ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 231-232.

¹⁹ Sousa, Pedro Marquês (2016), “1916: mobilização para a França”, em *Jornal do Exército*, n.º 656, Lisboa, p. 15.

²⁰ Henriques, Mendes Castro; António Rosas Leitão (2001), *La Lys – 1918 – Os Soldados Desconhecidos*, Lisboa, Prefácio, p. 12.

durava há cerca de sete anos, e ao contrário do que era esperado, e do que tinha sido propagandeado pelos homens do 5 de outubro, “nem a dignidade de Portugal nem a vida da maioria dos portugueses tinham mudado para melhor”. Muitos dos republicanos, chamados os “puros”, não se reviam num regime que se limitava a administrar “uma rede de interesses semelhante à dos partidos do rotativismo monárquico”. E por isso, a população ambicionava a chegada de um “messias”, alguém que constituísse uma alternativa válida a Afonso Costa, o líder carismático do Partido Democrático, herdeiro do Partido Republicano Português, e o responsável pelo Governo. Esse herói foi Sidónio Pais, o homem que viria a liderar uma conspiração que culminou com o golpe de Estado de 5 de dezembro de 1917 e que pôs termo ao “monopólio do poder” que Afonso Costa, entretanto, tinha alcançado. O herói do 5 de dezembro era, acima de tudo, um “patriota indignado” que tinha como sonho “reconciliar todos os portugueses”. Tal como Raul Brandão o caracterizou, “havia nele uma distinção que os outros não tiveram” e que transmitia a confiança necessária para aderirem às suas ideias e às suas convicções²¹.

Com a participação na guerra a constituir o centro de gravidade do debate político, a bipolarização acentuava-se. Neste contexto, a “revolução de Sidónio tem de ser entendida como mais um episódio do grande confronto entre guerristas e anti-guerristas”, uma batalha que trará grandes cisões no Exército e, muito particularmente, no CEP²².

Neste particular, importa clarificar estes “dois grandes blocos”. Contrariamente ao que os nomes possam indiciar, “os antiguerristas não são no essencial contra a guerra e os guerristas não são a favor dela”. Aquilo que os separa “é o tipo de beligerância” ou seja, “a política a seguir perante a guerra internacional”. Se por um lado, os “guerristas” desejam que Portugal “entre na guerra através de um pedido da Grã-Bretanha”, por outro lado, os “anti-guerristas”, focados numa concentração dos “recursos militares em África”, queriam que o país só entrasse na guerra “caso fosse atacado”, devendo aceitar “todos os pedidos feitos em nome da Aliança”. Entre estes, estavam ilustres personagens da cena política e militar da época como Machado dos Santos, Brito Camacho, Manuel de Arriaga e Sidónio. Foi numa lógica de evocação do espírito da nacionalidade e de contestação dos interesses partidários que pretendiam fazer perdurar no poder os radicais republicanos, que se empenharam num conflito político com consequências dramáticas para o país²³.

Finalmente, o acontecimento que, já perto da parte final da sua carreira e da sua vida, Almeida Barbosa terá assistido: o golpe militar de Gomes da Costa de 1926.

²¹ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 267-282.

²² Telo, António, Pedro Marquês de Sousa (2016), *O CEP, Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Porto, Fronteira do Caos, p. 207.

²³ Telo, António (2014), “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, em *IDN nação e defesa*, n.º 139, *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 11-12.

Em meados desse ano, com a golphada de Alves dos Reis e a questão dos Tabacos, “o clima de suspeição que rodeava a política e os políticos da República atingira o auge”. A conspiração reinava, era transversal, monárquicos, republicanos, militares, civis, em todos estes sectores da sociedade havia franjas de contestação que acreditavam que alguma coisa tinha que ser feito. De todas estas “linhas subversivas”, existia uma que apresentava outro nível de articulação, a que sairia vencedora e aquela que acabaria encabeçada por Gomes da Costa²⁴.

Esta linha era a “republicana conservadora” e era “partidária de uma solução militar global que tirasse os democráticos do poder e fizesse um governo de concentração de forças, uma ditadura comissarial referendada pelos poderes constitucionais e sob a égide do Presidente da República”. O golpe dar-se-ia a 28 de maio e a 31, o Congresso da República foi encerrado e Bernardino Machado renunciou, pondo fim ao regime da República Democrática²⁵.

²⁴ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 465-476.

²⁵ Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 475-485.

ELEMENTOS BIOGRÁFICOS DE ADOLFO ALMEIDA BARBOSA

Adolfo Almeida Barbosa foi um nortenho que nasceu na freguesia da Torre, concelho de Amares, distrito de Braga, em 20 de setembro de 1857. Era filho de João Manuel de Almeida Barbosa e de D. Ana Teresa da Silva. Contraiu matrimônio com D. Rosa Miquelina V. Moraes, de quem teve três filhos.

Em 20 de outubro de 1880, decidiu abraçar a carreira das armas, assentando praça como voluntário no Regimento de Infantaria n.º 8, tendo servido “como 1º sargento, graduado em aspirante-a-oficial, até à sua graduação ao posto de alferes, em 9 de janeiro de 1884”. Revelou-se pelo zelo notável e inteligência no desempenho das suas funções, nomeadamente no cargo interino de tesoureiro do regimento. Posteriormente, frequentou a Escola do Exército, tendo, a 30 de outubro de 1885, concluído o curso da Arma de Infantaria, sendo imediatamente promovido a alferes e colocado no Regimento de Infantaria n.º 21. Pouco tempo depois, em 20 de janeiro do ano seguinte, passou ao Regimento de Infantaria n.º 19. Durante esse ano, sensivelmente de maio a dezembro, no âmbito das missões consideradas “serviços extraordinárias”, desempenhou a função de professor do 2º Ano do Curso da Classe de Sargentos. Reconhecidamente foi sempre observado como um militar “inteligente e cumpridor dos seus deveres”, qualidades que podem ser comprovadas com a leitura dos “juízos privativos” dos seus respetivos chefes ao longo deste período inicial da sua carreira²⁶.

No ano de 1887, mais propriamente no dia 29 de janeiro, foi colocado no Regimento de Infantaria n.º 10 e deste, passado pouco tempo, a 23 de agosto, foi transferido novamente para o Regimento de Infantaria n.º 8, unidade onde foi promovido ao posto de tenente, no dia 19 de setembro de 1889, circunstância que o levou de regresso ao Regimento de Infantaria n.º 19. Dois anos depois marchou para o Regimento de Infantaria n.º 20 e nesta unidade, de 9 de novembro de 1893 a 11 de janeiro de 1894 e depois de 10 de maio a 18 de setembro de 1885 desempenhou o cargo de diretor da Escola Regimental. Mais uma vez, revelou-se perante os seus chefes, como um jovem tenente “muito inteligente e dedicado ao serviço” que “desempenhou com proficiência os deveres do seu posto, e muito bem as obrigações que lhe são comethidas pelas instruções para o ensino theórico, practico”. Todos faziam dele um tenente zeloso, desempenhando todos os serviços “com aptidão e dignidade”²⁷.

No dia 19 de novembro de 1897 seria promovido ao posto de capitão, tendo sido colocado no Regimento de Infantaria n.º 12 e aí, viria a ser “estimado e considerado por todos os seus camaradas e pela classe social que o considera” e com quem teve que se relacionar. Logo passado pouco tempo, no dia 31 de dezembro,

²⁶ AHM-Fundo 3/série 7 / Caixa 1666.

²⁷ AHM-Fundo 3/série 7 / Caixa 1666.

seguiu para o Regimento n.º 8 da sua Arma, onde viria a exercer de novo o cargo de diretor da Escola Regimental, de 9 de outubro de 1898 a 30 de agosto de 1900. Militar “dedicado no cumprimento dos seus deveres e d’um porte correcto”, desempenhou o cargo de diretor da escola com “competência e bastante critério”. Daí ter tido o direito de desempenhar funções de superior responsabilidade relativamente ao seu posto, neste mesmo regimento. O capitão Almeida Barbosa “exerceu as funções de major, tendo desempenhado as referidas funções com zelo, com natural aptidão e com paciência não vulgar”²⁸.

Seguiu-se o Ultramar. A 8 de setembro foi mobilizado para a província de Moçambique, tendo desembarcado em Lourenço Marques no dia 13 de outubro e regressado ao Reino a 20 de novembro de 1901, ficando apresentado desde 16 de dezembro no comando da 7ª Divisão Militar. Em termos familiares, 1904 foi um ano trágico para o Adolfo Almeida Barbosa. Com 46 de idade ficou viúvo após a morte de sua esposa no dia 22 de julho. Profissionalmente, voltou a dirigir a Escola Regimental desde “22 de outubro de 1906”²⁹.

Foi promovido aos postos de major, em 28 de junho de 1909, para servir nos Regimentos n.º 10 e 8 da sua Arma, e de tenente-coronel, a 31 de agosto de 1912 para, desta vez, vir a servir nos Regimentos de Infantaria de Reserva n.º 24 e 31 até 24 janeiro de 1914. A 16 de janeiro de 1915 atingiu o posto de coronel e, passado pouco tempo, em julho, foi colocado no Regimento de Infantaria n.º 3. De novo, o seu desempenho voltaria a ser publicamente reconhecido, circunstância que, possivelmente, o terá levado ao CEP. O coronel de Infantaria Adolfo Almeida Barbosa comandou em Tancos, durante parte do ano de 1916, um regimento que fez parte de uma das Brigadas da Divisão de Instrução, que levou a cabo as manobras que ficariam conhecidas pelo “Milagre de Tancos”. Foi aí que começaram os preparativos para a participação de Portugal na Grande Guerra, tendo sido mobilizados cerca de vinte mil homens, a que se juntou um reforço de mais oito mil, sob o comando de general Tamagnini Barbosa. Entre eles estavam os homens do Minho comandados pelo coronel Almeida Barbosa que, no contexto do treino operacional, dominado por simulacros de assalto com o apoio da Artilharia, ficou lembrado “pela maneira acertada como exerceu”, dessa vez, “as suas funções de comandante do 5º Regimento, da 3ª Brigada da Divisão de Instrução, revelando muito zelo, interesse e dedicação pelo serviço demonstrando critério na resolução das questões táticas que lhe foram propostas”³⁰.

Foi com esta aura que partiu para França, integrado no CEP, no dia 22 de abril de 1917, assumindo, em 30 de abril, o comando interino da 2ª Divisão que compreendia as tropas da 1ª Divisão até à chegada do general Simas Machado, a 27

²⁸ AHM-Fundo 3/série 7 / Caixa 1666.

²⁹ AHM-Fundo 3/série 7 / Caixa 1666.

³⁰ AHM-Fundo 3/série 7 / Caixa 1666.

de maio; comando que exerceu “com comprovada competência, inteligência e muito zelo, fazendo sentir beneficentemente a sua ação disciplinadora nos subordinados, dando-lhes por vezes, em circunstâncias bastante críticas, exemplos de coragem e abnegação”³¹.

Depois disso, para efeitos de reorganização da força, o coronel Almeida Barbosa propôs ao comando do CEP, a organização de uma única brigada que reunisse o Batalhão de Infantaria n.º 3 de Viana do Castelo, os Batalhões n.º 8 e 9, ambos de Braga, e o Batalhão de Infantaria n.º 20 de Guimarães, todos eles unidades pertencentes à 8ª Divisão do Exército de Guarnição do Minho. A sua ideia, que viria a revelar mais uma vez os seus dotes de inteligência, tinha como objetivo “formar uma brigada de elite”, pois eram sobejamente familiares a Almeida Barbosa, também ele um homem do Minho, “as qualidades dos homens da região norte de Portugal, gente de boa índole, robusta e de olhar vivaz”. Aceite a proposta, surge então a 4ª Brigada de Infantaria, mais conhecida como “Brigada do Minho”. Esta unidade, de todas as que integraram a 2ª Divisão, foi a “primeira a ser constituída em solo francês” e, naturalmente, também foi a “primeira a estar preparada para entrar em combate”³².

Dito por um dos seus oficiais, quando da organização da brigada, o coronel Adolfo Almeida Barbosa “soube, com intuição previsora, com serenidade imperturbável e com férria vontade, porque intuição, vontade, serenidade e bondade são os traços mais característicos do seu carácter, modifica-lo por forma insuperável”. Tratou-se de “comando verdadeiramente modular” aquele que coronel Almeida Barbosa teve na campanha da Flandres. Depois de ter terminado a adaptação às trincheiras e realizado os ajustamentos necessários ao dispositivo de defesa, a brigada foi enviada para as trincheiras no dia 23 de setembro, permanecendo na linha da frente até ao 9 de abril de 1918. Disse o comandante do CEP que, enquanto comandou, “não houve a registar nos batalhões que a compunham, acto censurável; antes pelo contrário, nêles se manteve rigorosa disciplina, ordem e subordinação, para o que muito concorreu a boa índole da nossa gente do Minho, mas especialmente a acção do ilustre e dedicado comandante o coronel Almeida Barbosa”, (...) “oficial por quem tenho grande consideração e a quem propuz para graduação no posto imediato pelas suas qualidades militares e pela forma correcta e dedicada como sempre comandou a Brigada, e interinamente a Divisão”³³.

³¹ Biografias, “Projeto Portugal 1914”, Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL; disponível em: <https://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/biografias/item/2685-barbosa-adolfo-almeida>, consultado em 09 de outubro de 2020.

³² Sousa, Carlos (2015) “O 20 de Guimarães na Primeira Grande Guerra (1914-1918)”, *Boletim de Trabalhos Históricos 2015*, P. 69.

³³ Mardel, Eugénio (1923), *A Brigada do Minho (o 9 de Abril), Subsídios para a História da 4ª Brigada do CEP*, Lisboa Serviços Gráficos.



“Adolfo d’Almeida Barbosa, coronel comandante da brigada do Minho, que se encontra combatendo em França”³⁴

³⁴ Ilustração Portuguesa n.º 629, 18 de fevereiro de 1918. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1918/N626/N626_master/N626.pdf; consultado em: 09 de outubro de 2020.

Em termos de reconhecimento público, não podem ser esquecidas certas palavras que ilustram bem o seu desempenho. Ainda, em França, depois de ter passado o comando da 2ª Divisão ao general Simas Machado, como referimos, comandou a 4ª Brigada de Infantaria e com ela participou em diversas ações militares que lhe valeria a distinção da *Most distinguished Order of St. Michael and St. George*³⁵. Da sua ação de comando, desde que chegou a França, tanto no período de instrução como no serviço da primeira linha, “tem revelado qualidades de comando digno de elogio. Militar “activo, enérgico, revelando muito zelo, tem conseguido manter a disciplina na sua brigada, e o moral dos seus subordinados, dando-lhes o exemplo do desprezo pelo perigo e de sinceridade nos momentos críticos”. Por tudo isto, mereceu sempre a “completa confiança do seu comandante”. Em Portugal também não seria esquecido. Novamente o seu comando na 4ª Brigada de Infantaria voltaria a ser publicamente reconhecido, “pela inteligência, dedicação e zelo pelo serviço de que deu prova durante o tempo em que esteve servindo na Divisão”³⁶.

Por tudo isto, a Brigada do Minho, comandada pelo coronel Almeida Barbosa, “ficou célebre na história militar portuguesa e mesmo dos aliados, com a sua ação destemida e corajosa no campo de batalha da Flandres”³⁷. Sobretudo no combate de 9 de abril, “quando ocupava o sector de Fauquissart, sobre o qual incidiu mais vigorosamente o ataque alemão, que àquela brigada, quási sem apoios e reservas, suportou com corajosa firmeza e resistência, como atesta o elevado número de mortos, feridos, prisioneiros em oficiais e praças”³⁸.

*“IV Brigada, o Minho em nós confia
Seu nome honrado entrega em nossas mãos
E seu nome, que soou, de sempre, a valentia
Aos quatro batalhões, – unidos como irmãos
Tudo a mesma Família – há-de servir de guia”*

(Canção da “Brigada do Minho”, França – Julho de 1917)³⁹

³⁵ Biografias, “Projeto Portugal 1914”, Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL; disponível em: <https://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/biografias/item/2685-barbosa-adolfo-almeida>, consultado em 09 de outubro de 2020.

³⁶ AHM-Fundo 3/série 7 / Caixa 1666.

³⁷ Lage, Maria Otília Pereira (2014), “Vivências e Memórias da I Guerra Mundial: O Capitão Lage: Biografia e História”, *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*, p. 316.

³⁸ Palavras do Ministro da Guerra, António José de Almeida. Em, Mardel, Eugénio (1923), *A Brigada do Minho (o 9 de Abril)*, *Subsídios para a História da 4ª Brigada do CEP*, Lisboa, Serviços Gráficos.

³⁹ Mardel, Eugénio (1923), *A Brigada do Minho (o 9 de Abril)*, *Subsídios para a História da 4ª Brigada do CEP*, Lisboa, Serviços Gráficos.

A BRIGADA DO MINHO



“Grupo de oficiais da Brigada do Minho, vendo-se á esquerda do seu comandante, coronel sr. Almeida Barbosa (X) o 2.º comandante tenente-coronel sr. Mardel Ferreira, ferido e prisioneiro dos alemães”⁴⁰

Na verdade, estamos convictos que a nomeação para funções de grande responsabilidade, tal como temos vindo a enunciar, era o corolário dos sinais de rigor, de exigência e de prudência que, desde cedo, evidenciou. Nesta fase da sua vida, foram estes os predicados que, de uma forma geral, fizeram de Adolfo Almeida Barbosa um dos mais distintos oficiais da sua geração, ficando-lhe reservado a imagem de um incansável trabalhador e de um individuo inteligente, permanentemente ocupado com os problemas militares do seu tempo e com um olhar constante na defesa e salvaguarda da sua Pátria.

A 3 de novembro de 1918 regressou a Portugal e no mês seguinte assumiu o comando interino da 6ª Divisão de Infantaria. A 15 de Fevereiro de 1919 passou a desempenhar o cargo de Inspetor de Infantaria da mesma unidade e em abril seguinte, passou ao Quadro de Reserva. Em julho de 1926, na situação de reserva, foi promovido a general, tendo sido, para o efeito, novamente lembrado parte do

⁴⁰ Ilustração Portuguesa n.º 650, 5 de agosto de 1918. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1918/N626/N626_master/N626.pdf; consultado em: 09 de outubro de 2020.

currículo. Nomeadamente, “atendendo aos altos serviços prestados no CEP, onde exerceu durante largo prazo o comando interino de uma divisão com comprovada competência, inteligência e muito zelo, fazendo sentir beneficentemente a sua acção disciplinar nos subordinados, dando-lhes por vezes, em circunstancias bastante criticas, exemplos de coragem e de abnegação, e não tendo sido devidamente recompensado, o que a tantos outros tem sucedido”⁴¹.

A Nação a retratar-se e a corrigir injustiças de um passado recente, cometidas com gente tão ilustre e que por ela estiveram sempre dispostos a dar tudo, inclusivamente a própria vida. Em setembro do ano seguinte, Almeida Barbosa passou à situação de reforma e, dois anos depois, em agosto de 1928, viria a falecer no Porto.

Foram muitos os louvores que, durante a sua longa carreira, puseram em relevo as altas qualidades de prestigioso militar e, especialmente, as excepcionais qualidades de comando. Do universo de condecorações atribuídas a Adolfo Almeida Barbosa, destacam-se as de Grau de Cavaleiro e Oficial da Ordem Militar de S. Bento de Avis. Foi também condecorado com a Medalha Militar de Prata, da classe de Comportamento Exemplar. Porém, a mais importante, embora atribuída já na situação de reserva, terá sido a Cruz de Guerra de 1ª Classe, atribuída sob proposta do ministro da Guerra de 9 de abril de 1926, “pela maneira brilhante como procedeu durante a campanha em França em 1917, quando comandou a 4ª Brigada do CEP, evidenciando sempre a maior coragem, dedicação, espírito de disciplina e serenidade, sendo para os seus subordinados um grande exemplo de qualidades militares”⁴².

⁴¹ AHM-Fundo 3/série 7 / Caixa 1666.

⁴² AHM-Fundo 3/série 7 / Caixa 1666.

CONCLUSÕES

O general Adolfo Almeida Barbosa é, indubitavelmente, uma personagem simbólica da Histórica Militar portuguesa, tendo o mérito de se ter destacado, numa época conturbada marcada pela transição para o regime político republicano, como militar e um grande português, um homem de enormíssimo caráter e de fé, valoroso e inteligente, capaz de assumir responsabilidades.

Como militar, foram múltiplas as funções em que, numa fase embrionária da sua carreira, defendeu, de acordo com as suas convicções, o interesse da Nação, destacando-se a sua iniciativa, o seu patriotismo e as suas capacidades de liderança nas ações que puserem fim às incursões monárquicas lideradas por Paiva Couceiro.

Durante um período difícil para o país, num contexto de afirmação do novo regime republicano, serviu a Nação como militar, na chefia de diversos estabelecimentos e órgãos da estrutura superior da Instituição Castrense, em funções de elevadíssima responsabilidade, tendo sempre evidenciado assinaláveis capacidades de liderança e com o seu trabalho a ser referenciado como um exemplo a seguir.

Em todos esses cargos e funções que desempenhou, a sua humanidade, a sua humildade, a sua imparcialidade, a sua competência, a sua inteligência e a sua retidão estiveram sempre presentes e foram essas mesmas qualidades, humanas e profissionais, que o levaram a conquistar um manancial de confiança inabalável nos seus subordinados, fossem eles militares ou civis.

Almeida Barbosa pautou toda a sua vida pelo serviço à Pátria, colocando o interesse da Nação sempre à frente dos interesses individuais, cedo se convenceu que, para o efeito, era necessário dotar a Nação com líderes corajosos, empenhados, humildes e, acima de tudo, honestos.

O general Adolfo Almeida Barbosa constituiu-se desta forma como uma ilustre figura da nossa História Militar e uma expressão dos valores e das virtudes que devem caracterizar não só todo o militar, mas também todo o cidadão. A sua vida constitui uma referência para todos os militares e, naturalmente, para os novos Alunos da Academia Militar, mas também pode fundar um bom exemplo de como se deve servir a Pátria, sem interesses pessoais e movido de um enorme espírito de nacionalidade.

Para além de tudo isso, optar pelo nome de Almeida Barbosa para Patrono de um dos Cursos da Academia Militar, cidadão que teve um papel tão relevante para Portugal, nomeadamente nos primeiros anos da República, significa celebrar a tradição secular da Academia Militar alicerçada na coesão de todos aqueles que escolheram, por sua livre vontade, seguir a carreira das armas. Almeida Barbosa representa tudo isto. Com uma excecional carreira militar marcou a sua época promovendo, permanentemente, o amor à sua Pátria.

Aos novos alunos da Academia Militar compete-vos dar continuidade a este desígnio promovendo, constantemente, atributos de carácter, de honra, de lealdade,

de culto da ordem e da disciplina e por fim, mas não menos importante, o desafio de vencerem pelo vosso próprio esforço. É dessa forma que devem servir o Exército, a Guarda Nacional Republicana e Portugal, oferecendo o que de melhor conseguirem ser enquanto cidadãos e enquanto militares.

Para encerrar, deixamos uma breve passagem de uma mensagem que o coronel Adolfo Almeida Barbosa, em janeiro de 1923, na cidade de Viana do castelo, escreveu para o livro do seu 2º comandante em França, coronel Mardel. As palavras são bem ilustrativas da sua nobreza de caráter e resumem, de uma forma simples, as linhas que acabámos de traçar sobre o general Adolfo Almeida Barbosa:

“Se depois da Batalha de 9 de Abril, lembrai-vos que em 5 me despedi do pessoal do Q.G. da Brigada, dizendo que me não foi permitido ficar a comandá-la, como tinha solicitado ao Comando do CEP, em vez de ir para a retaguarda comandar a divisão que ia para descanso e fazendo-vos ver que o meu maior desgosto seria que a Brigada não continuasse a cumprir o seu dever, como sempre o tinha cumprido até àquela data (...)”⁴³.



O comandante da Brigada do Minho, coronel Adolfo Almeida Barbosa, e os oficiais do quartel general da mesma brigada⁴⁴

⁴³ Mardel, Eugénio (1923), *A Brigada do Minho (o 9 de Abril), Subsídios para a História da 4ª Brigada do CEP*, Lisboa, Serviços Gráficos, p. 46.

⁴⁴ Ilustração Portuguesa n.º 650, 5 de agosto de 1918. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1918/N626/N626_master/N626.pdf; consultado em: 09 de outubro de 2020.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Fontes Arquivísticas

Arquivo Histórico Militar, Processo Individual Adolfo Almeida Barbosa.

Hemeroteca digital, revista *Ilustração Portuguesa*.

Disponível em: <http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort>.

Referências Bibliográficas

Afonso, Aniceto (2005), *Boletim do Arquivo Histórico Militar, 65.º Volume – 2002-2003*, Lisboa, Gráfica 2000.

Almeida, António José (1934), *Quarenta Anos de Vida Literária e Política, vol. III*, Lisboa.

Borges, Vieira (1993), “D. Miguel Pereira Forjaz”, em “*50 Anos de Patronos da Escola do Exército e da Academia Militar, 1953-2003*”, (2004), Lisboa, Academia Militar.

Falcão, Conde (1998), *Imagens da Primeira Guerra Mundial*, Estado Maior do Exército, Lisboa.

Ferreira, Medeiros (2000), “Forças Armadas e o Regime Autoritário”, em *Nação e Defesa, n.º 94 – 2ª Serie*, Lisboa.

Fraga Luís (s.a.), “La Lys – A Última Batalha do Exército Português”, em *Dia da História Militar*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 401-417.

Gilbert, Martin (2013), *A Primeira Guerra Mundial*, 2ª Edição, Lisboa, A Esfera dos Livros.

Henriques, Mendes Castro; António Rosas Leitão (2001), *La Lys – 1918 – Os Soldados Desconhecidos*, Lisboa, Prefácio.

Lage, Maria Otília Pereira (2014), “Vivências e Memórias da I Guerra Mundial: O Capitão Lage: Biografia e História”, *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*.

Marçal, Bruno José Navarro (2010), *Governo de Pimenta de Castro, Um general no Labirinto da I República*, dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

Mardel, Eugénio (1923), *A Brigada do Minho (o 9 de Abril), Subsídios para a História da 4ª Brigada do CEP*, Lisboa, Serviços Gráficos.

Pestana, Isabel (2004), *Memórias do General - Os meus três comandos de Fernando Tamagnini*, parte II, Viseu, SACRE/Fundação Mariana Alves.

Pinto, Jaime Nogueira (2010), *Nobre Povo, os Anos da República*, Lisboa, Esfera dos Livros.

Santos, Miguel Dias (2010), *A Contra-Revolução na 1ª República, 1910-1919*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Saraiva, José Hermano Saraiva (2007), *História Concisa de Portugal*, 2ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa América.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1989), *História de Portugal, Volume IX, O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, s.l., Editorial Verbo.

Silva, Armando Malheiro (2006), *Sidónio e Sidonismo, vol. 2 - História de Um caso Político, Coimbra*, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Soares, Alberto (coord.), *Os Generais do Exército- Vol. III, Tomo I*, Biblioteca do Exército Português.

Sousa, Carlos (2015) “O 20 de Guimarães na Primeira Grande Guerra (1914-1918)”, *Boletim de Trabalhos Históricos 2015*.

- Sousa, Pedro Marquês (2016), “1916: mobilização para a França”, em *Jornal do Exército*, n.º 656, Lisboa.
- Telo, António (2014), “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”, em *Idn nação e defesa*, n.º 139, *Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 8-33.
- Telo, António, Pedro Marquês de Sousa (2016), *O CEP, Os Militares Sacrificados Pela Má Política*, Porto, Fronteira do Caos.
- Valente, Vasco Pulido (1999), *O Poder e o Povo, A Revolução de 1910*, 3ª Edição, s.l., Círculo dos leitores, pp. 220-221.

Páginas web

Biografias, “Projeto Portugal 1914”, Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL; disponível em: <https://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/biografias/item/2685-barbosa-adolfo-almeida>, consultado em 09 de outubro de 2020.